



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.42.118.A013>

Narrativas e personagens nos estudos brasileiros sobre o acolhimento institucional: uma revisão integrativa

*Narratives and characters in Brazilian studies on institutional care: an integrative
review*

*Narrativas y personajes en los estudios brasileños sobre la acogida institucional: una
revisión integradora*

Helena Fuchs
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
<https://orcid.org/0009-0000-0253-6114>
helenahf@ufcspa.edu.br

Luiza Maria de Oliveira Braga Silveira
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
<https://orcid.org/0000-0002-9531-8251>

Resumo

O Acolhimento Institucional (AI) é entendido enquanto uma medida protetiva de caráter provisório e excepcional, adotada diante da violação de direitos e da impossibilidade da criança ou adolescente permanecer com a sua família. Ao pesquisar na literatura as repercussões das mudanças na política de acolhimento nas últimas décadas, constata-se uma carência de estudos que integrem o conhecimento sobre a temática, sendo escassos estudos de revisão. Assim, esta pesquisa consiste em uma revisão integrativa da literatura que objetivou mapear e analisar os estudos sobre o AI de crianças e adolescentes no Brasil publicados entre 2019 e 2023, tendo como enfoque quais os temas (narrativas) e quem são os sujeitos (personagens) das pesquisas nessa área, bem como refletir sobre as contribuições da Psicologia nesse campo. Após a definição dos critérios de inclusão/exclusão e utilização do fluxograma PRISMA para a seleção dos estudos, a amostra foi composta por 59 artigos, a partir da busca em três bases de dados (SciELO, BVS e Portal de periódicos CAPES). Os resultados, analisados nos dois eixos (narrativas e personagens), apontam para uma carência de relatos pela perspectiva dos próprios sujeitos do acolhimento; para uma patologização das crianças e dos adolescentes em situação de AI; para a pobreza enquanto uma realidade que ainda circunda a realização do AI; e para conflitos relacionados aos papéis desempenhados pelos profissionais nesse contexto. Constata-se uma multiplicidade de enfoques das pesquisas sobre AI, refletindo a complexidade do tema. Porém, apesar dos avanços, evidenciam-se permanências e tensionamentos que exigem investigações contínuas.

Palavras-chave: *Acolhimento Institucional, Criança, Adolescentes, Psicologia.*

Abstract

Institutional care (IC) is understood as a protective measure of a provisional and exceptional nature, adopted in the face of violation of rights and the impossibility of the child or adolescent to remain with their family. When researching the repercussions of changes in the institutional care policies in recent decades in the literature, there is a lack of studies that integrate knowledge on the subject, with few review studies. This research is an integrative review of the literature that aimed to map and analyze studies about the IC of children and adolescents in Brazil published between 2019 and 2023, focusing on which themes (narratives) and who are the subjects (characters) of research in this area, as well as reflecting on the contributions of Psychology in this field. After defining the inclusion/exclusion criteria and using the PRISMA flowchart to select the studies, the sample consisted of 59 articles, based on a search in three databases (SciELO, BVS and Portal de Periódicos CAPES). The results, analyzed in two axes (narratives and characters), point to a lack of reports from the perspective of the foster care subjects themselves; to a pathologization of children and adolescents in situation of IC; to poverty as a reality that still surrounds the institutional care; and to conflicts related to the roles played by professionals in this context. There is a multiplicity of research approaches about institutional care, reflecting the complexity of the topic. However, despite advances, there are permanences and tensions that require continuous investigations.

Keywords: *Institutional Shelter, Children, Adolescent, Psychology.*

Resumen

La Acogida Institucional (AI) se entiende como una medida de protección provisional y excepcional, adoptada ante la violación de derechos y la imposibilidad del niño o adolescente permanecer con su familia. Al investigar en la literatura las repercusiones de los cambios en la política de acogida en las últimas décadas, se constata una falta de estudios que integren el conocimiento sobre el tema. Así, esta investigación consiste en una revisión integradora que tuvo como objetivo mapear y analizar estudios sobre la AI en Brasil publicados entre 2019 y 2023, centrándose en qué temas (narrativas) y quiénes son los sujetos (personajes) de los estudios, así como reflexionar sobre los aportes de la Psicología en este campo. Tras definir los criterios de

inclusión/exclusión y la utilización del diagrama PRISMA para la selección de los estudios, la muestra quedó con 59 artículos, a partir de una búsqueda en tres fuentes (SciELO, BVS y Portal de periódicos CAPES). Los resultados, analizados en dos ejes (narrativas y personajes), apuntan a una falta de informes desde la perspectiva de los propios sujetos del acogimiento; a una patologización de niños y adolescentes en situación de AI; por la pobreza como una realidad que aún rodea el logro de la AI; y para conflictos relacionados con los roles desempeñados por los profesionales. Se constata una multiplicidad de enfoques de investigación sobre la AI, lo que refleja la complejidad del tema. Sin embargo, a pesar de los avances, existen permanencias y tensiones que requieren de continuas investigaciones.

Palabras clave: *Acogida Institucional, Niños, Adolescentes, Psicología.*

Introdução

A instituição dos direitos da infância e da adolescência no Brasil foi um processo lento e gradativo, inscrito em um cenário de redemocratização do país e marcado por questionamentos acerca das práticas vigentes, estando essas orientadas por uma visão regulamentadora e fragmentária da infância e da adolescência, assim como frequentemente culpabilizadora das famílias. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, 1990) marca o rompimento com a tendência, até então hegemônica e historicamente instituída, que pensava as práticas destinadas às crianças e aos adolescentes¹ a partir de um viés de disciplinamento, dominação e correção (Medeiros & Martins, 2018).

Nesse sentido, o paradigma doutrinário da Proteção Integral que fundamenta o ECA estabelece como princípio que todas as crianças e adolescentes, independente da sua condição econômica, social, étnica ou de origem passam a ser reconhecidos enquanto cidadãos e sujeitos de direitos, não mais objetos de intervenção estatal. Dessa forma, as legislações, políticas, programas e serviços destinados à infância e à adolescência devem pautar suas decisões no melhor interesse da criança, pois entende-se que grande parte da violação de direitos na qual estão submetidas são provocadas sistemicamente por um conjunto de violências estrutural, institucional e interpessoal (Brasil, 2020). Sendo assim, considerar o melhor interesse da criança não significa necessariamente o melhor interesse

¹ Segundo o ECA, considera-se criança a pessoa até 12 anos incompletos e adolescente indivíduos entre 12 e 18 anos de idade. Porém, além da faixa etária, compreender o sentido legal estipulado para crianças e adolescentes envolve considerá-los sujeitos que gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana e que, pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, exigem da família, da comunidade e da sociedade, a prioridade absoluta para assegurar a efetivação dos seus direitos (Lei n. 8.069, 1990).

das instituições, revelando a complexidade na sua efetivação, uma vez que processos de estigmatização também perpassam os profissionais das instituições como pela comunidade em geral (Martins & Mota, 2019).

Tal cenário de mudanças também repercutiu na modalidade da assistência. A partir da década de 1980, a cultura institucional vigente no país – solidificada nos séculos XIX e XX, e marcada por uma concepção higienista e de censura, reclusão e confinamento – passa a ser questionada, com dúvidas acerca da eficácia das práticas adotadas até o momento (Rizzini & Rizzini, 2004). Diante desse cenário de transformações, tem-se a estruturação de um novo modelo de assistência. Esse, por sua vez, visando manter a criança no convívio com a sua família (nuclear ou extensa), passa a conceber o acolhimento institucional enquanto uma medida de caráter excepcional e provisório, adotada somente quando todas as outras alternativas e intervenções forem esgotadas (Lei n. 8.069, 1990). Além disso, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária atribui uma importância à manutenção dos vínculos familiares, de forma que a permanência e a reintegração da criança à sua família possui preferência em relação a qualquer outra providência (Lei n. 12.010, 2009).

Apesar da instituição de uma política que visa ao melhor interesse da criança e do adolescente, buscando garantir a sua proteção e preocupada com o seu desenvolvimento emocional e social, a vivência do acolhimento institucional deixa marcas relacionadas ao abandono, uma vez que a criança passa a ser vista e a se ver como alguém não vinculada à uma família, mas à uma instituição (Gabatz, Schwartz & Milbrath, 2019). Além disso, ao se instituir o acolhimento na vida dos sujeitos, entende-se que existiu algum rompimento ou falha nas funções familiares de proteção e de cuidado, assim como por parte do Estado enquanto instância de proteção social das famílias. Diante da impossibilidade de permanecer junto com a família, cuidadores e profissionais integrantes dos serviços de acolhimento assumem então papéis importantes para a promoção do desenvolvimento físico, mental, moral e social das crianças e sua proteção, visando assim certificar o cumprimento das diretrizes previstas pelo ECA. A capacidade de estabelecer relações de afeto e promover práticas de cuidado que ultrapassem o atendimento às necessidades básicas tornam-se uma das atribuições desses profissionais, visando assim que o espaço de acolhimento se torne um ambiente saudável e acolhedor (Brasil, 2006; Brasil, 2020). A atuação profissional dentro dessas instituições coloca-se, assim, como

um fazer complexo, com tensionamentos sobre os papéis dos profissionais junto às crianças, uma vez que suas condutas também terão influências na forma como a experiência de acolhimento é vivenciada por parte das crianças e adolescentes acolhidos.

Ainda que haja um maior enfoque sobre os cuidadores e educadores sociais, por serem os profissionais mais presentes e constantes no dia a dia das crianças e dos adolescentes acolhidos, as possibilidades de atuação dentro das instituições de acolhimento abrangem outros profissionais. Segundo documentos que regulamentam e orientam a oferta de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, como o Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI (Brasil, 2020) e o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), a equipe de referência dos serviços no âmbito de Proteção Social Especial de Alta Complexidade deve ser composta por, no mínimo, assistente social e psicólogo. Além disso, determina-se que a equipe técnica seja composta por dois profissionais de nível superior com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco, para até 20 crianças e adolescentes.

Ao olhar especificamente para a Psicologia, enquanto campo de atuação, observa-se a carência da sua inserção nesse contexto, apesar da inclusão dos psicólogos nos documentos oficiais. Segundo Silva (2022), “o termo Psicologia não aparece textualmente nos termos que parametrizam a política, apenas sendo pontuada em referência ao profissional componente das equipes mínimas dos equipamentos” (p. 22). Apesar disso, pode-se perceber que a Psicologia, através das suas instituições oficiais e representativas, como o Conselho Federal de Psicologia, tem feito esforços para qualificar a sua atuação e fortalecer a sua participação na Política de Assistência Social. Tal aspecto pode ser observado na “Nota Técnica com Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social” (CFP, 2016), elaborado visando orientar os psicólogos de modo a potencializar suas intervenções junto aos usuários da política. A partir de tais esforços, são oferecidos elementos para reflexão, intervenção e análise crítica das práticas da Psicologia dentro desse campo, complementando assim as referências técnicas existentes.

A complexidade do acolhimento institucional pode ser percebida na multiplicidade de enfoques possíveis para os estudos a serem realizados, de forma que “as pesquisas que se comprometem com esta temática e procuram olhar mais de perto

estes contextos e suas complexidades estão mostrando caminhos para elaboração de novas estratégias e modelos para a prática junto às crianças e aos adolescentes” (Lima, 2018, p. 275). A partir disso e do que foi apresentado, mostra-se pertinente pesquisar se há e quais são as prioridades de temáticas investigadas, tendo em vista que isso pode indicar quais temas são priorizados e quais precisam ser melhor estudados, assim como a partir de quais perspectivas de sujeitos são descritas as realidades do acolhimento institucional no Brasil.

Assim como apontam Rizzini e Rizzini (2004), um dos elementos necessários para poder pensar em perspectivas para se enfrentar o problema consiste em realizar pesquisas que possibilitem o dimensionamento da situação presente. Desta forma, para que os avanços possam ser reconhecidos e as lacunas possam ser identificadas, torna-se pertinente a realização de estudos que permitam integrar os achados produzidos sobre esse tema. Entende-se que pesquisas de revisão colocam-se como uma etapa necessária, possibilitando uma melhor compreensão do panorama atual sobre o assunto, além de um possível direcionamento para novas pesquisas, a partir das respostas ainda não obtidas ou encontradas.

Objetivos

Tendo como pano de fundo a temática apresentada, a presente pesquisa teve como objetivo mapear e analisar os estudos sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil publicados entre 2019 e 2023, pensando quais as perspectivas de análise e quais os alvos de interesse dessas pesquisas, podendo, a partir disso, pensar as contribuições da psicologia para a discussão sobre o acolhimento institucional.

Método

Optou-se por uma revisão integrativa da literatura, uma vez que essa contribui para um maior aprofundamento do fenômeno estudado mediante a síntese sistemática do conhecimento sobre o tema. Possibilitando a inclusão de pesquisas com diferentes enfoques metodológicos, essa metodologia de pesquisa permite reunir, de forma abrangente, os conhecimentos sobre um tópico, elaborando explicações e apontando

lacunas do conhecimento que precisam ainda ser preenchidas (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

A pesquisa seguiu as etapas indicadas para a realização de uma revisão integrativa da literatura, conforme exposto por Souza et al. (2010), sendo elas: 1. Identificação do tema e elaboração da pergunta norteadora; 2. Busca ou amostragem na literatura; 3. Coleta de dados; 4. Análise crítica dos estudos incluídos; 5. Discussão dos resultados; 6. Apresentação da revisão integrativa.

A pergunta de pesquisa foi elaborada de acordo com a estratégia População Interesse e Contexto - PICo (Karino & Felli, 2012). Considerou-se, assim, a seguinte estrutura: P - crianças e adolescentes; I: enfoques de pesquisa; Co: acolhimento institucional. Dessa forma, formulou-se a seguinte pergunta norteadora: Quais são os enfoques (personagens e narradores) de pesquisa sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes disponíveis na literatura?

Procedimentos para Coleta de Dados

A amostra foi composta a partir da realização de buscas nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os descritores ‘Acolhimento Institucional’; ‘Crianças’; ‘Infância’ e ‘Psicologia’. Empregou-se a busca booleana com o uso do conector *AND*, acessando artigos que possuíssem a intersecção entre os diferentes descritores (‘acolhimento institucional’ *AND* ‘crianças’; ‘acolhimento institucional’ *AND* ‘infância’; ‘acolhimento institucional’ *AND* ‘psicologia’ e ‘acolhimento institucional’ *AND* ‘crianças’ *AND* ‘psicologia’).

Os critérios de inclusão foram estabelecidos anteriormente ao início das buscas nas bases de dados, sendo eles: pesquisas realizadas no Brasil ou estudos referentes contexto brasileiro (considerando aqui estudos teóricos incluídos nesta revisão); que abordassem a temática do acolhimento institucional com crianças e adolescentes; publicadas entre 2019 e 2023; e periódicos com o texto completo. Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado; estudos duplicados nas diferentes bases de dados; estudos de revisão; e pesquisas em que a temática do acolhimento institucional não fosse o foco de análise, mas apenas uma condição para a seleção dos participantes. A inclusão de apenas artigos científicos

publicados se justifica por estes apresentarem maior rigor científico devido à sua revisão por pares, viabilizando um padrão de qualidade e confiabilidade metodológica. Além disso, tais trabalhos seguem modelos padronizados de apresentação dos métodos, resultados e discussões, alcançando uma consistência metodológica que favorece a comparação e análises sistematizadas, aspecto importante em revisões.

A seleção dos artigos para a coleta de dados seguiu o fluxograma de 4 etapas do PRISMA - identificação, deleção, elegibilidade e inclusão - segundo Moher, Liberati, Tetzlaff, Altman e The PRISMA Group (2009), considerando a sua otimização no processo de relato de uma revisão. Apesar de ter sido desenvolvido para revisões sistemáticas e meta-análises, atualmente tem-se a sua utilização também em revisões integrativas de literatura (Alves & Aguiar, 2020; Sá et al., 2019).

Procedimento para Análise de Dados

A análise foi feita sob duas perspectivas, definidas à priori, a partir da pergunta norteadora e visando responder aos objetivos da pesquisa: quais são as perspectivas de análise (denominadas “Narrativas”) e quais são os alvos de interesse, os sujeitos desses estudos (denominados “Personagens”). Assim como na narração de uma história, em que são escolhidos personagens para compô-la e é estabelecida uma narrativa, sendo esta entendida como tema ou assunto central da história, as produções científicas empíricas foram assim analisadas.

Sendo o pesquisador aquele que narra um fato ou um fenômeno, este fará escolhas sobre quais sujeitos serão os participantes e qual foco de análise a ser pesquisado, diante de uma gama de escolhas possíveis. Segundo Japiassu (1975), o pesquisador não pode ser considerado neutro, na medida em que entende que, ao pesquisar, estará implicado social, política e historicamente na produção científica que constrói, assim como escolhe de quem vai escutar a história, discurso ou narrativa. A produção de um conhecimento científico não foge desta mesma lógica, sendo também um produto humano, permeado por interpretações e influências.

Diante disso, na presente pesquisa, entendeu-se os personagens enquanto os alvos das pesquisas, o foco sobre o qual a narrativa se constrói (por exemplo: profissionais da assistência social, da saúde ou crianças e adolescentes em situação de acolhimento). As narrativas, por sua vez, foram compreendidas enquanto a perspectiva de análise das

pesquisas, ou seja, o que estes estudos visam discutir dentro da temática do acolhimento institucional (por exemplo: as práticas desses profissionais dentro do contexto do acolhimento institucional ou como é realizado o acolhimento institucional de crianças e adolescentes). Sendo assim, cada artigo foi analisado sob estas duas perspectivas distintas.

Além disso, os artigos incluídos foram analisados qualitativamente a partir da utilização de princípios e procedimentos comuns à análise temática (Braun & Clare, 2022). Essa metodologia possibilita identificar, analisar e categorizar padrões (temas) encontrados no material previamente selecionado, sendo que a subjetividade do pesquisador é considerada parte inevitável da codificação e análise dos dados. A aplicação de uma revisão de literatura em conjunto com a análise temática foi proposta no estudo de Cervi e Christopoulos (2022), sendo aqui realizada em uma revisão integrativa. A incorporação de procedimentos dessa metodologia de pesquisa permite uma análise de dados que consiga explorar o contexto pesquisado em detalhes, assim como relacionar padrões encontrados nos dados, interpretando os resultados da revisão a partir da identificação de temas abrangentes (Cervi & Christopoulos 2022).

Dessa forma, as categorias temáticas surgiram a partir da identificação do núcleo de sentido de cada estudo e posterior agrupamento de núcleos de sentido semelhantes, possível através da leitura extensiva dos estudos - semelhante ao processo realizado na construção de temas na análise temática (Braun & Clarke, 2022). Assim, as categorias formadas sob a perspectiva dos “Personagens” sintetizam os sujeitos alvo dos artigos selecionados, enquanto as categorias criadas sob a perspectiva das “Narrativas” traduzem o assunto prioritariamente abordado e identificado em cada pesquisa. Cada estudo foi incluído em uma categoria temática dos “Personagens” e em uma categoria temática das “Narrativas”. Por fim, estabeleceu-se como critério para alocar os estudos em suas categorias que as pesquisas tivessem uma homogeneidade naquilo que abordam/discutem ou os sujeitos que investigam.

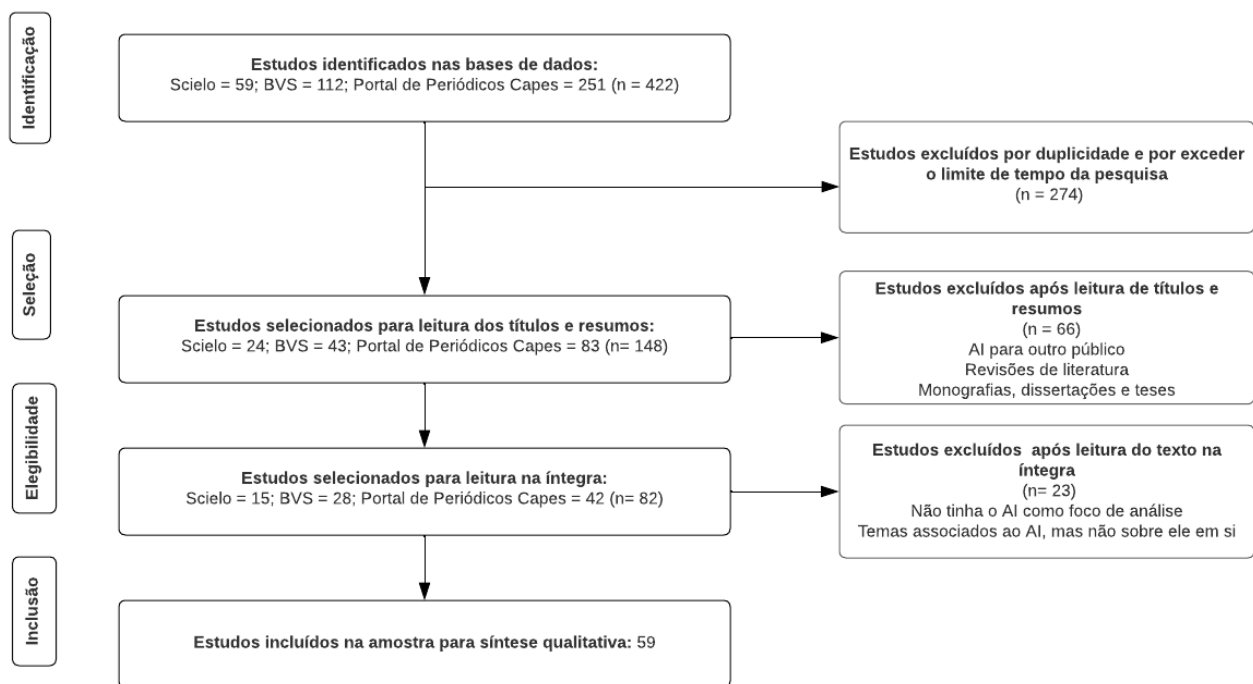
Resultados

A partir da busca com a combinação dos descritores nas três bases de dados, encontraram-se 422 publicações, sendo essas: 59 artigos na Scielo, 112 artigos na BVS

(Biblioteca Virtual em Saúde) e 251 artigos no Portal de Periódicos Capes. Após serem eliminados os estudos duplicados e aqueles que excediam o limite de tempo da pesquisa, restaram 148 artigos. Em seguida, foram excluídos 89 artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, contabilizando 59 artigos para constituir a amostra final desta revisão. A Figura 2 apresenta o fluxograma dos resultados obtidos a partir da estratégia de busca, de acordo com o fluxograma PRISMA (Moher et al., 2009), assim como uma descrição detalhada dos critérios de exclusão identificados em cada uma das etapas.

Figura 1

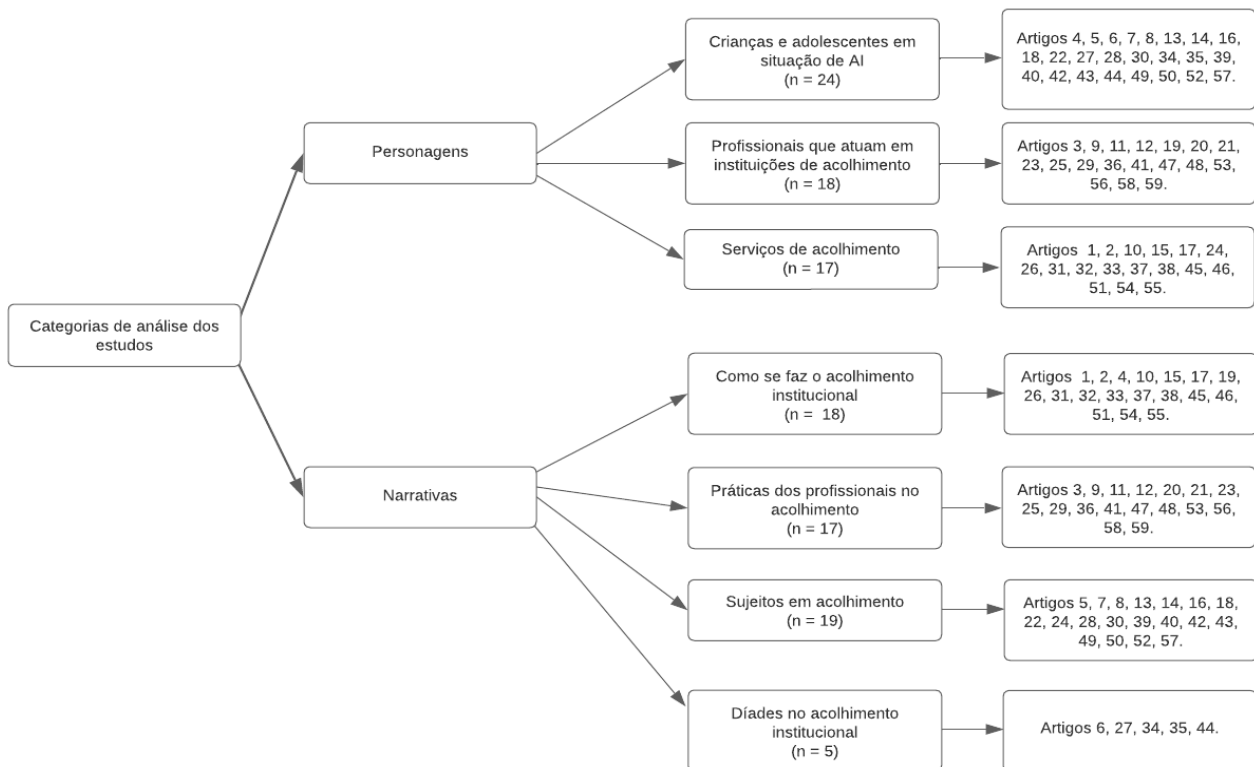
Fluxograma da seleção dos estudos sobre a temática do acolhimento institucional.



A partir da amostra final de 59 artigos e posterior análise dos dados, emergiram categorias temáticas que agrupam e sintetizam os achados referentes aos alvos de interesses (perspectiva dos “Personagens”) e os assuntos investigados (perspectiva das “Narrativas”) nas pesquisas sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil publicadas entre 2019 e 2023. A figura 2 explicita os resultados sistematizados segundo essa proposta de análise. A referência dos estudos encontra-se no final deste artigo.

Figura 2

Categorias de análise dos resultados encontrados.



Dos 59 artigos que compuseram a amostra deste estudo, identificou-se que em 24 artigos (41%) os **personagens** são as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Destaca-se que, desses, em cinco estudos (13, 18, 30, 50, 52) as crianças e adolescentes assumem o lugar de protagonistas, ou seja, são participantes ativos, tendo sido entrevistados e contribuindo diretamente para a pesquisa com as suas percepções, concepções e perspectivas. Isso difere dos demais artigos, em que, apesar das crianças e adolescentes serem os alvos da pesquisa, narram-se sobre eles e por eles, não havendo uma contribuição direta por parte desses sujeitos. Em outros 18 artigos (30%) os personagens são os profissionais que atuam diretamente em instituições de acolhimento (abrangendo diferentes profissões como: enfermeiros, psicólogos, cuidadores e educadores sociais). São profissionais que fazem parte das equipes dos abrigos e casais, compondo tanto a equipe de referência como a equipe técnica do serviço de acolhimento. Por fim, 17 estudos (29%) tiveram os próprios serviços de acolhimento como personagens dos estudos, sendo os serviços, ou um aspecto deles, o objeto de análise da pesquisa.

Para responder quais são as **narrativas** dos estudos sobre acolhimento institucional, os artigos foram organizados em quatro categorias temáticas: (1) Como se faz o acolhimento institucional; (2) Práticas dos profissionais no acolhimento; (3) Sujeitos em acolhimento; e (4) Díades no acolhimento institucional. As categorias foram formadas após a leitura dos artigos, identificação da sua perspectiva prioritária de análise e agrupamento dos estudos que investigassem temáticas semelhantes. A nomeação das categorias ocorreu a partir de uma análise interpretativa abrangente, visando identificar, representar e sintetizar o enfoque de pesquisa do conjunto dos estudos selecionados.

Na categoria “*Como se faz o acolhimento institucional*” foram identificados 18 estudos (31%). Essa categoria envolveu o sentido da prática do acolhimento, considerando os propósitos do acolhimento institucional (2, 4, 10, 15, 19, 31, 32, 38, 45, 55); a adequação do acolhimento às diretrizes propostas pelo ECA e demais legislações vigentes (1, 17, 33, 46, 51); e os avanços e as lacunas na execução dos serviços de acolhimento (26, 37, 54).

A categoria “*Práticas dos profissionais no acolhimento*” incluiu os artigos que discutem sobre o fazer profissional dentro do contexto do acolhimento institucional e que abordam aspectos relacionados ao que perpassa essa atribuição profissional. Foram identificados 17 artigos (29%) com tal temática, em que destacavam em sua análise as atribuições, os desafios e as possibilidades da prática profissional dentro do contexto do acolhimento institucional (9, 11, 21, 23, 36, 41, 47, 56, 58, 59); assim como os tensionamentos entre o fazer profissional, o cuidado fornecido e o tipo de acolhimento fornecido pelos profissionais (3, 12, 20, 25, 29, 48, 53).

A terceira categoria, denominada “*Sujeitos em acolhimento*”, abrangeu estudos cujo foco de análise são os indivíduos em situação de acolhimento institucional, ou seja, crianças e/ou adolescentes acolhidos. Essa categoria foi composta por 19 artigos (32%), sendo que esses tinham como temáticas: o desenvolvimento individual e socioemocional de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional (14, 22, 39, 49, 57); os impactos do acolhimento sobre a saúde mental dos acolhidos (16, 40, 43); o significado de família e a vivência institucional (5, 13); o contexto de desenvolvimento desses sujeitos (24, 30); as possibilidades e perspectivas de futuro a partir da marca da vivência do acolhimento institucional (7, 8, 28); e os sentidos e significados de existir enquanto um sujeito em situação de acolhimento (18, 42, 50, 52).

A quarta categoria, nomeada “*Diades no acolhimento institucional*”, abrangeu estudos cujos focos de pesquisa voltaram-se para investigar como se dão as interações sociais entre os indivíduos envolvidos no acolhimento institucional e compreender como se preservam e se desenvolvem relações afetivas nesses espaços. A perspectiva de análise recaiu-se sobre o processo relacional, diádico, olhando para os sujeitos da pesquisa enquanto um par em constante interdependência (como, por exemplo, criança e bebê em situação de acolhimento institucional, bebê-bebê, criança-criança ou criança e educador social), a partir da compreensão de que se influenciam, se regulam e realizam trocas afetivas mútuas. Foram incluídos 5 artigos (8%) dentro dessa categoria, cujas temáticas voltaram-se para as possibilidades de manutenção dos vínculos afetivos diante do acolhimento institucional (44); as interações sociais e afetivas, assim como relações afetivas no contexto de acolhimento (6, 27, 34, 35).

Discussão

A mudança histórica de paradigma que acompanha a nova compreensão acerca do Acolhimento Institucional (AI) enquanto uma medida protetiva de caráter provisório, excepcional e comprometida com a garantia de direitos das crianças e adolescentes é um fenômeno recente, ocorrido nos últimos 33 anos, a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e inserida no contexto de redemocratização do país após a ditadura militar. A sua vigência demarca a saída de um paradigma de segregação e correção - Doutrina da Situação Irregular - para uma perspectiva integral e preocupada com a promoção do desenvolvimento e o fornecimento do cuidado para os sujeitos acolhidos - Doutrina de Proteção Integral (Rizzini & Rizzini, 2004; Medeiros & Martins, 2018). Porém, o cenário de mudanças fica ainda mais recente ao considerar o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC (Brasil, 2006) e a Lei 12.010, de 2009. A partir desses documentos tem-se um aperfeiçoamento da promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo ECA, através de uma política que visa o fortalecimento da proteção integral e reafirma a prioridade da preservação dos vínculos familiares e comunitários.

A partir do objetivo de mapear e analisar os estudos sobre a temática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, destaca-se o elevado número de artigos encontrados para compor a amostra final desta revisão. Ao considerar as mudanças ocorridas na política de acolhimento, pode-se pensar que a produção mais extensa sobre o tema possa estar associada aos questionamentos oriundos dessa complexa atuação. Junto a isso, tem-se mudanças de demandas a serem respondidas por parte dos profissionais, das instituições, da família e dos demais agentes envolvidos, exigindo assim atualizações e novas investigações por parte das diferentes áreas do conhecimento. Tal aspecto fica evidente no conjunto de artigos encontrados para essa revisão, tanto em relação ao número de estudos quanto em relação à diversidade de temáticas, que refletem a necessidade de um olhar multifacetado para conseguir compreender os diferentes aspectos do fenômeno do acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Os resultados mostraram uma grande quantidade de artigos relacionados ao campo da Psicologia que apresentam contribuições através de uma análise de fenômenos psicológicos (por exemplo, sobre os impactos do acolhimento sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes; ou sobre o papel dos cuidadores e as repercussões de sentido no seu fazer, etc.). Porém, constata-se que poucos foram aqueles que falam diretamente do psicólogo e da sua atuação e contribuição profissional nesse contexto. Assim como exposto por Silva (2022), a Psicologia é inserida silenciosamente nos documentos da política de assistência social, sendo pontuada apenas em referência aos profissionais que devem compor as equipes mínimas de atendimento, “quase como um efeito colateral de uma exigência regimentar” (p.22) . Por isso, entende-se que poder pensar nas interlocuções entre o acolhimento institucional e a Psicologia permite contribuir para a conscientização dos atravessamentos presentes no fazer profissional junto à experiência do acolhimento, visando assim estimular uma atuação profissional político-social e criticamente implicada e voltada para práticas promotoras de saúde, bem como interdisciplinar.

Esta discussão dar-se-á a partir das duas perspectivas que objetivam essa revisão integrativa: primeiro acerca dos achados que se referem aos personagens dessas produções científicas; e em seguida, acerca dos que se referem às narrativas. A integração dessas duas perspectivas é proposta em alguns pontos do texto.

Personagens: sobre quem se busca investigar dentro da temática do Acolhimento Institucional.

Em relação aos personagens das pesquisas, observa-se uma predominância de estudos em que as crianças e adolescentes são o foco sobre o qual as narrativas se constroem (24 artigos), comparativamente aos profissionais que atuam em instituições de acolhimento (18 artigos) e os serviços de acolhimento (17 artigos). Esse resultado faz sentido ao considerarmos a centralidade desses indivíduos na política vigente do acolhimento institucional, que lança um olhar mais direcionado para as crianças e adolescentes, e a necessidade de proteção da infância, a partir da constatação de serem sujeitos em desenvolvimento que precisam ser protegidos e amparados com prioridade absoluta (Lei n. 8.069, 1990).

Apesar dessa centralidade assumida, constata-se uma carência de protagonismo por parte das crianças e dos adolescentes nas pesquisas selecionadas para o estudo. Isso porque dentre as 20 pesquisas em que eles são o alvo de investigação, somente em cinco delas (13, 18, 30, 50, 52) as crianças e adolescentes são personagens ativos, contribuindo com as suas concepções e perspectivas. Tais aspectos são explicados por Lima (2018), ao apontar que apesar de uma categorização dos estudos enquanto pesquisas sobre crianças, esses, de forma recorrente, tendem a colocar tais indivíduos não em uma posição de sujeitos, mas de objetos. Dessa forma, o que se repete na presente pesquisa é que apesar das crianças e adolescentes serem sujeitos de falas, tem-se uma predominância de estudos em que alguém fala por elas, sendo necessário questionar qual o lugar destinado para as crianças e quem de fato está disposto a ouvi-las.

Complementar a isso, pode-se pensar, também, que os motivos da não priorização da escuta dessa população perpassa dificuldades atuais na metodologia de pesquisa com crianças e adolescentes, assim como as implicações éticas a ela atreladas. As mudanças ocorridas no campo político e social, que implicou em considerar crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, repercutiu em uma valorização do seu papel ativo também no campo da pesquisa, uma vez que pensá-las como atores sociais é também considerá-las especialistas nas leituras dos seus mundos de vida e interlocutores relevantes nos processos de investigação científica (Fernandes, 2021). Diante dessa importância de inclusão, a autora aponta que uma solidez metodológica, no que diz respeito aos métodos e técnicas eticamente informados na pesquisa com crianças, favorece para viabilizar uma

pesquisa comprometida com os interesses dessa população. Porém, quando pensado o contexto do acolhimento institucional, inserem-se complexidades e burocracias para tal efetivação. Observa-se aí um paradoxo: ainda que visem a proteção das crianças, podem acabar afastando o pesquisador da escuta direta desses indivíduos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A multiplicidade de vozes para compreender as diferentes perspectivas da atenção no contexto do acolhimento institucional também se faz importante ao pensarmos nos profissionais que atuam nessas instituições. A segunda categoria temática referente aos personagens dos estudos (*“Profissionais que atuam em instituições de acolhimento”*) emergiu a partir da identificação dos profissionais que atuam junto às crianças e adolescentes enquanto parte importante e indispensável para o funcionamento e efetivação da política de proteção, sendo assim um recorrente alvo de interesse dos estudos. Ao analisar os resultados, constatou-se uma variedade de profissionais (enquanto alvos da pesquisa) sendo considerados: cuidadores (12, 29, 21, 48), educadores sociais (3, 23, 25, 36, 47), psicólogos e psicanalistas (9, 11, 19, 56) e enfermeiros (58, 59).

Apesar dos resultados apontarem uma diversidade profissional e a extrapolação de inserções profissionais previamente estabelecidas por documentos oficiais – como a enfermagem (58, 59), não prevista para composição da equipe técnica dos serviços – nota-se que os estudos incluídos nesta pesquisa ainda deixam de fora algumas categorias profissionais necessárias e indispensáveis na realização do acolhimento institucional, como os assistentes sociais. A partir disso, deve-se questionar por que uma determinada categoria profissional, considerada essencial na composição da equipe de referência dos serviços no âmbito de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Brasil, 2009), não tem sido considerada alvo de investigação. As práticas sempre se atualizam e exigem investigação e reflexão constante para que o seu fazer permaneça coerente com as demandas sociais do momento histórico vivido.

A inclusão dos serviços de acolhimento enquanto terceira categoria dos personagens dos estudos (*“Serviços de acolhimento”*) partiu da compreensão de que o serviço em si e seus aspectos constituintes - como a sua estrutura, sua equipe, sua rotina de funcionamento e seus processos de acolhimento - podem ser alvo de análise, uma vez que a partir deles são elaboradas narrativas. Os estudos aqui incluídos assumem prioritariamente uma perspectiva institucional, na medida em que seus objetivos se

propõem a observar e analisar os seus rituais (26, 37), o seu fazer cotidiano (1, 17, 24, 33, 46), assim como os discursos dos seus atores (2, 10, 15, 31, 32, 38, 45, 55), aspectos que dão indícios sobre a realidade social do acolhimento institucional no Brasil.

Segundo Mastroianni, Sturion, Batista, Amaro e Ruim (2018) (31), a assistência social, enquanto política pública de atenção, se configura como uma situação nova. A partir das mudanças ocorridas no seu campo, tem-se um abandono, nos documentos legais e orientadores, de um modelo assistencialista, tutelador e marcado por ações circunstanciais com uma conseqüente substituição por uma política que visa estimular a autonomia e o desenvolvimento humano e social.

Porém, as pesquisas incluídas nessa categoria sinalizam que os desafios para a construção de uma rede de proteção integral não estão acabados (33, 37), uma vez que ainda se observa o acolhimento institucional sendo utilizado enquanto uma resposta mágica diante da constatação de condições de vulnerabilidade social vividas pelas crianças e adolescentes (10, 55). Além disso, os estudos apontam que os motivos que fundamentam a aplicação da medida de acolhimento vão além do objetivo de proteção social, com uma tendência de desvalorizar as condições reais existentes das famílias em conseguirem proteger as suas crianças (2, 32, 38, 45). Dessa forma, a partir dos achados obtidos, evidencia-se uma política que demanda maiores investimentos para conseguir de fato estabelecer uma ruptura com resquícios de modelos antigos de assistência.

Narrativas: sobre o que tem sido discutido dentro da temática do Acolhimento Institucional.

Em relação às narrativas dos estudos, ou seja, aquilo que eles visam discutir dentro da temática do acolhimento institucional, observa-se que a categoria “*Como se faz o acolhimento institucional*” possui como enfoque predominante o sentido da realização do acolhimento, com um olhar voltado para as motivações que levaram à aplicação da medida protetiva. A partir dos resultados das pesquisas, destaca-se a permanência de discursos normativos em torno da família pobre, de forma que pobreza ainda é considerada uma justificativa para a realização do acolhimento institucional, apesar de não necessariamente explicitada enquanto um motivo (2, 10, 19, 32, 38, 45, 55).

Indo ao encontro dos achados, Souza e Cardoso (2019) pontuam que “os espaços de acolhimento ainda se destinam para crianças e adolescentes pobres” (p. 300), pois

apesar da falta ou carência de recursos materiais não poder ser um motivo justificável para a perda do poder familiar, como expresso no Art.23 do ECA (Lei n. 8.069, 1990), práticas que mantêm o acolhimento com um caráter excludente vão assumindo novos contornos, sob outras justificativas, como a negligência ou os “fatores de risco”, que muitas vezes vêm enredados em uma lógica de falta de recursos materiais (Souza & Cardoso, 2019). A pobreza não é mais utilizada como um fator explícito para justificar a intervenção do Estado no afastamento de crianças e adolescentes do núcleo familiar, mas as famílias pobres são aquelas que continuam a ter seus filhos institucionalizados, porém agora sob outros motivos, como abandono e negligência (Nascimento, Cunha, & Vicente, 2008).

A partir disso, interessa também questionar quais os modelos de família permanecem mais suscetíveis a serem qualificadas negativamente e classificadas enquanto “desestruturadas” ou incapazes de fornecer condições para o adequado desenvolvimento da criança e do adolescente; ou mesmo, por que essas famílias pobres são consideradas como fatores de risco (ou por que ainda aparecem tão imbricadas a eles). Conforme exposto pelas pesquisas de Aguiar, Martins e Rosa (2019) (2) e Oliveira e Silva (2019) (38), tem-se, no contexto brasileiro, um processo histórico de desprezo à diversidade de organização da família brasileira, apoiado no mito da família estruturada. Tendo como o seu ponto de partida a família patriarcal burguesa,² foram sendo construídos estilos de vida concebidos como naturais e entendidos enquanto modelos a serem seguidos, sendo esses vividos pelas famílias ricas, de forma que o que se distanciava disso passou a ser visto como irregular e desviante.

Dessa forma, determinados modos de existência tornaram-se mais suscetíveis às desqualificações negativas, associado a um trabalho social com famílias que, historicamente, buscou enquadrar os diferentes arranjos familiares nesse modelo (Aguiar et al., 2019; Oliveira & Silva, 2019). Isso, por sua vez, pode ser observado nos critérios que prevalecem ao investigar a aptidão da família para a garantia de proteção e desenvolvimento das crianças e adolescentes. Observa-se, nos estudos analisados (2, 10,

² A família patriarcal burguesa é caracterizada pelo modelo de família nuclear e conjugal, em que o pai é o provedor e a autoridade central. À mulher destinavam-se as tarefas de cuidar da casa e da educação dos filhos, exercendo através deles uma função central de manutenção do modelo de estrutura familiar (Aguiar et al., 2019).

19, 32, 38, 45, 55), que a dinâmica familiar e os vínculos afetivos entre os indivíduos dessas famílias e deles com ela (família) são pouco explorados e abordados. Além disso, entre os aspectos considerados para a decisão judicial, priorizam-se argumentos relacionados às condições de trabalho e moradia dos familiares. A partir disso, pode-se considerar que a carência da consideração desses aspectos enquanto fatores protetivos para o desenvolvimento das crianças aponta tanto para a permanência de um olhar limitado, que restringe o potencial de cuidado e proteção dessas famílias, como para um campo de discussão que exige maior participação da Psicologia, estando esta crítica, social e politicamente implicada.

Complementar a isso, Wagner, Tronco e Armani (2011) atentaram para a diversificação dos modelos familiares no cenário brasileiro, sendo difícil traçar um perfil único da família brasileira, tanto no que diz respeito a sua configuração quanto a sua estrutura. Sugeriu-se então o abandono do termo singular, passando a tratar enquanto “famíliaS”, no plural (Wagner et al., 2011, p. 19), uma vez que um único termo é entendido como incapaz de dar conta da pluralidade de variáveis implicadas. Diante disso e pensando no contexto do acolhimento institucional, torna-se necessário questionar de que família estamos falando e a partir de qual modelo de família as análises e intervenções estão sendo feitas, visto que, se essas permanecem orientadas com base em um recorte sociopolítico, corre-se o risco de uma atualização (ou mesmo repetição) dos modelos anteriores de assistência, pautados em práticas higienistas marcadas por exclusão e controle social (Aguar et al., 2019).

O processo de acolhimento institucional é marcado por uma significativa transformação no contexto no qual a criança agora se insere. Apesar de uma política pautada na Lei n. 12.010/09, que estabelece a garantia do direito à convivência familiar e comunitária como um aspecto indissociável da execução do acolhimento institucional, tem-se a retirada dessas crianças e adolescentes do seu núcleo familiar e a sua inserção em um novo ambiente, com novas figuras que se colocam agora como potenciais fornecedoras de cuidado. A segunda categoria temática das narrativas dos estudos, denominada “*Práticas dos profissionais no acolhimento*”, permite examinar tais aspectos, possibilitando uma compreensão das discussões atuais acerca dos limites e contornos das práticas dos profissionais envolvidos no acolhimento institucional. A inclusão do fazer profissional dos diferentes agentes que atuam junto e dentro das

instituições de acolhimento, enquanto uma categoria temática, partiu da identificação deste como um assunto frequentemente investigado na literatura, a partir dos questionamentos que atravessam essas práticas e as particularidades de uma atuação circunscrita nesse contexto.

Assim como exposto por Pinto (2019), a função do acolhimento institucional, quando realmente preocupado com o desenvolvimento socioemocional das crianças, implica em um comprometimento com um cuidado que esteja para além do suprimento das necessidades básicas, devendo também compreender, mesmo que minimamente, o processo de desenvolvimento infantil e o lugar ocupado pelos cuidadores. Nesse sentido, parte dos estudos incluídos nesta categoria questionam o entendimento de cuidado por parte dos profissionais e as características dessa prática fornecida. A partir dos resultados obtidos, constata-se uma não uniformidade entre os achados das pesquisas, tendo-se estudos em que a compreensão sobre o ‘cuidado’ superou as necessidades básicas e cuidados físicos (25, 48) e outros, sendo esses a maioria, que demonstram as ambivalências e contrariedades do fazer profissional, com uma centralização em torno de um cuidado técnico e marcado por um distanciamento afetivo (3, 12, 29, 41). Entretanto, evidenciou-se enquanto aspecto comum entre os estudos os tensionamentos acerca do tipo de cuidado fornecido, assim como a necessidade de olhar para a prática profissional a partir do entendimento das complexidades e ambiguidades que perpassam esse fazer.

Ao olhar para o papel desempenhado pelas profissionais incluídas nos estudos, especialmente educadoras sociais e cuidadoras, pôde-se identificar conflitos inerentes atrelados às funções às quais estão encarregadas. Segundo Cintra (2010), para além da questão do assistencialismo e paternalismo (presente nas raízes do acolhimento e assistência social) o lugar do cuidador no contexto do acolhimento não é exercido sem conflitos, especialmente pelo fato de ocuparem, de maneira parcial e provisória, um lugar de cuidado semelhante àquele destinado às figuras parentais, aspecto esse que favorece para a dificuldade de compreensão dos papéis desempenhados.

Além disso, o contexto em que a prática profissional é realizada impõe outras particularidades, como a concepção das instituições enquanto um espaço de cuidado temporário, o que implica rupturas frequentes; rotatividade dos profissionais; e falta de segurança e preparação para acolher as demandas emocionais. Dessa forma, o envolvimento afetivo surge como ameaçador para o bem-estar desses profissionais, de

maneira que, assim como exposto pela pesquisa de Lemos e Silva (2019) (29), criam-se mecanismos de defesa para se proteger emocionalmente dessa realidade, com a adoção de atitudes de afastamento afetivo, impactando na possibilidade da oferta de um cuidado mais integral e humanizado. Tais aspectos, por sua vez, evidenciam a importância do papel do psicólogo em tais equipes, uma vez que ele possa se colocar como um agente promotor de reflexões e vivências que permitam pensar sobre esses atravessamentos e produzir mudanças nas relações estabelecidas.

Diante da constatação de uma prática profissional perpassada por conflitos, angústias e ambivalências, estudos incluídos nesta revisão apontam um cenário marcado pela escassez de investimento em processos de formação e educação continuada, assim como na valorização e apoio aos profissionais (3, 41). Entende-se que a promoção de ações de formação e de suporte emocional para esses profissionais coloca-se como condição necessária e viabilizadora de um cuidado integral e implicado nas necessidades afetivas e emocionais dos sujeitos acolhidos, uma vez que possibilita a compreensão dos limites, oportunidades e particularidades do seu fazer. Segundo Rocha, Hueb e Scorsolini-Comin (2020), a preparação dos profissionais para escutar as crianças possui tanto uma dimensão de capacitação profissional (com elementos práticos e técnicos que operacionalizem uma escuta, mas também um cuidado ativo), como “também se refere ao amadurecimento emocional para que possa, de fato, ouvir essa criança (p.430) A necessidade de políticas de públicas voltadas para a formação continuada, reconhecimento, valorização e apoio aos profissionais se ampara também na possibilidade de melhor atender aos interesses das crianças institucionalizadas, uma vez que a partir do momento que refletem e entendem o lugar ocupado e os objetivos do seu trabalho, tem-se uma maior segurança e preparo para se disponibilizar afetivamente (Rocha et al., 2020).

Ao olhar especificamente para a atuação dos psicólogos nos serviços de acolhimento, destaca-se um baixo número de artigos identificados com esse enfoque de pesquisa (9, 11, 55), correspondendo a apenas 17,6% dos estudos referentes à categoria “*Práticas dos profissionais no acolhimento*”. Desses, observa-se que a prática psicológica é prioritariamente destinada a uma escuta clínica individualizada do sujeito em acolhimento (9, 11). Segundo a pesquisa de Cruz e Costa (2022) (11), a criação de espaços de fala pelos psicólogos em contextos institucionais, com a utilização de recursos

favorecedores para a expressão das crianças (como recursos técnicos lúdicos e a flexibilização do enquadramento), coloca-se como aspecto importante e necessário uma vez que possibilita a expressão menos ansiogênica e ameaçadora em relação ao contato direto com temáticas relacionadas à experiência do acolhimento. A pesquisa de Chicralla e Caldas (2019) (9), por sua vez, ao discutir sobre o acolhimento institucional de adolescentes, aponta que a escuta clínica permite tanto um acolhimento singular para o sujeito, a partir do reconhecimento da individualidade, muitas vezes não viabilizado no contexto institucional, assim como possibilita para ele o encontro de um lugar para si, aspecto importante para a construção de possibilidades futuras, quando se considera as inúmeras destituições vividas no processo do acolhimento.

Porém, questiona-se aqui quais outros lugares possíveis a serem destinados para a prática psicológica. Observa-se que o próprio Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais se propõem a pensar nas possibilidades de intervenção e formas de participação junto aos usuários diretos e associados dos serviços de acolhimento, apesar de tais atuações não terem sido contempladas nos estudos selecionados para a pesquisa. A partir dos documentos oficiais publicados, identifica-se que o fazer psicológico, no contexto institucional, envolve um trabalho com os indivíduos acolhidos, suas famílias e comunidades, visando a proteção dos usuários e garantia dos seus direitos (CFP, 2016; CRP-21^a, 2021). O atendimento particularizado pode ser exigido, porém a atuação da psicologia não se limita a ele. Além disso, se difere da prática da psicoterapia, envolvendo uma escuta qualificada para compreender o indivíduo através da sua história, da sua comunidade e do seu território (CRP-21^a, 2021). Dessa forma, questiona-se o quanto o campo não avançaria caso pesquisas também se debruçassem em investigar essas diferentes possibilidades de intervenção, uma vez que dizem respeito a práticas profissionais emergentes do saber do campo Psi - considerando que a sua entrada nas equipes de referência ocorreu a partir da aprovação, em 2006, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

A terceira categoria temática das narrativas das pesquisas, denominada “*Sujeitos em acolhimento*”, agrupou estudos cujo foco recai sobre as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento institucional, sendo formada a partir da identificação da maioria dos artigos possuindo esse público como perspectiva de análise, abordando assim sobre diferentes assuntos que os envolvem. Aqui, observou-se uma preocupação em investigar

aspectos relacionados ao existir enquanto sujeito em acolhimento (18, 42, 50, 52), visando compreender as vivências dessas crianças e adolescentes, pensando sobre os sentidos atribuídos por eles à situação vivida, assim como os sentimentos e expectativas em relação ao acolhimento. Constata-se, tanto no estudo de Silva e Oliveira (2023) (50) quanto no estudo de Souza e Serralha (2021) (52), ambos realizados em instituições de acolhimento na modalidade “casa-lar” que, por mais que as instituições fossem acolhedoras e vistas como positivas, não eram percebidas como o caráter familiar de um lar pelas crianças e adolescentes, juntamente com um desejo pelo retorno e retomada da convivência familiar.

Apesar do caráter conflituoso atribuído à família, uma vez que ao mesmo tempo em que ela se estabelece enquanto espaço onde ocorrem as primeiras trocas afetivas e emocionais, é também dentro dela que ocorrem as principais violações de direitos das crianças e adolescentes (Rizzini & Rizzini, 2004), pode-se pensar o desejo pela retomada da convivência familiar como uma busca por recuperar aquilo que foi perdido. Assim como exposto por Lima (2018), parece que a situação de acolhimento retira os sujeitos de histórias já organizadas e os colocam em um outro ambiente, visto como lugar de fracasso, de incertezas, de estigmas e associado a problemas na sua história, exigindo que deixem em suspenso a sua vida e as relações anteriores.

Além disso, em ambos os estudos (50, 52), as crianças não tinham compreensão sobre os motivos pelos quais foram afastadas do convívio familiar e levadas para uma instituição. Na busca por explicações, elas acabaram encontrando em si as justificativas para o afastamento da família, entendendo que seus comportamentos eram os motivadores da institucionalização. Aspecto semelhante pôde ser observado na pesquisa de revisão de Martins e Mota (2019), sendo identificado que os adolescentes são também vistos pela sociedade como responsáveis e donos de algum tipo de defeito ou problema, com rótulos que favorecem para uma estigmatização e preconceito. Diante disso, faz-se necessário compreender que a capacidade protetiva das instituições perpassa também um processo de romper com silenciamentos e permitir que os sujeitos se apropriem e elaborem as suas histórias, juntamente com uma ruptura de estigmas sociais e visões enrijecidas também por parte das instituições, o que implica uma reavaliação dos discursos perpetuados dentro do contexto do acolhimento. Isso pode ser feito a partir de uma comunicação mais eficaz entre a instituição/profissionais e a criança, abrindo espaço para que esta possa

compreender a situação para então poder, com auxílio e suporte de uma escuta adequada e disponível, elaborar tais vivências (Souza & Serralha, 2021).

Nessa categoria identificou-se também um grupo de estudos que visaram investigar o desenvolvimento individual e socioemocional dos sujeitos (14, 22, 39, 49, 57), revelando uma discussão predominantemente voltada para a identificação e caracterização de problemas de comportamento das crianças e adolescentes acolhidos (22, 49, 57). Para além de um olhar clínico psicopatológico, pensa-se que tal enfoque pode revelar muito mais uma busca por apontar problemas, implicando que algo precisa ser resolvido ou consertado. A partir disso, questiona-se o quanto focar nesses aspectos, a partir de uma expectativa de mudanças de comportamento, distancia o acolhimento de práticas de fato acolhedoras e voltadas para a escuta desses sujeitos, apoiando-se em proposições e intervenções voltadas para a redução dos problemas percebidos.

Por fim, a última categoria de análise, denominada “*Díades do acolhimento institucional*”, incluiu estudos que buscaram investigar as possibilidades existentes no contexto do acolhimento institucional para o estabelecimento de interações sociais e o desenvolvimento de relações afetivas, uma vez que a sua vivência está atrelada ao afastamento dos vínculos afetivos previamente estabelecidos pelas crianças e adolescentes (Rizzini & Rizzini, 2004). Para além de um exame de tais aspectos na díade adulto-criança, tem-se aqui uma ampliação do escopo de investigação, analisando assim outros pares, como bebês-bebê/bebê-criança no contexto do AI (6, 27, 34, 35), perspectiva essa que pode ser transversalizada nas análises teórico-práticas nesse contexto. Dessa forma, a perspectiva de análise recaiu sobre o processo relacional, olhando para os sujeitos enquanto um par enquanto em constante interdependência. Carvalho, Moura e Amorim (2019) permitem compreender essa interdependência, a partir da análise de episódios interativos, ao pontuarem que “os movimentos ou mudanças de comportamento de um dos componentes não podem ser compreendidos sem que se considere a existência, os movimentos ou o comportamento de outros componentes, mesmo que entre eles não haja uma troca explícita” (p.54).

Além disso, quando pensado no desenvolvimento individual e social das crianças, tem-se a exigência da presença de um outro que possibilite a ocorrência desses processos. Carvalho et al. (2019) afirmam que a relação “eu-outro” e as práticas de cuidado direcionadas para o indivíduo extrapolam as suas necessidades de sobrevivência,

colocando-se como fundamentais para o reconhecimento de si, do outro e do mundo, assim como a inserção do sujeito na cultura enquanto um ser social. Ademais, as experiências que as crianças pequenas vivenciam em suas interações, para além da díade adulto-criança, podem impactar no desenvolvimento intersubjetivo e coletivo delas (Moura, Souza & Amorim, 2020).

Apesar da constatação na literatura da importância das interações entre pares nos processos constitutivos, verificou-se entre os estudos selecionados que estas foram pouco frequentes (34, 35). Dentre os fatores que dificultavam as interações entre os bebês nas pesquisas, descreveu-se o arranjo material e espacial do ambiente - já que era marcado por berços, grades, carrinhos que favoreciam a permanência dos bebês em atividades individuais (34, 35); e a ausência de um adulto promotor de interações (35). A pesquisa de Carvalho et al. (2019) (6), por outro lado, destacou o papel mediador do adulto no planejamento do ambiente e seus impactos positivos na díade criança-bebê, tendo a pesquisa como objetivo investigar práticas de cuidados de crianças com bebês em acolhimento institucional. Porém, assim como exposto por Moura et al. (2020), a organização do ambiente também materializa a mediação do adulto enquanto prática pedagógica. Isso porque, segundo as autoras, mesmo diante da não presença direta nas interações entre as crianças, os adultos se fazem presentes na forma como o ambiente é estruturado - podendo “promover ou desencorajar os encontros entre os pares a partir do modo como organiza o ambiente de cuidado” (Moura et al., 2020, p.20).

Apesar dos resultados distintos e das limitações apresentadas, como o baixo número de crianças contempladas em cada estudo e as particularidades de cada instituição, o que impede generalizações, os achados ressaltaram a importância das interações e das práticas de cuidado entre pares, a partir do reconhecimento dos encontros interativos entre bebês/crianças e crianças/crianças enquanto possíveis promotores de habilidades socioemocionais, regulação e socialização das emoções, de maneira que uma série de competências sociais, afetivas e cognitivas se (trans)formam (Carvalho et al. 2019; Moura et al. 2020). Mesmo que pouco frequentes, observou-se a importância da presença e do reconhecimento de um outro (sujeitos dessas díades) (6, 27, 35), com interações envolvendo reciprocidade, comportamentos empáticos e pró-sociais (6, 35) e as práticas de cuidado orientadas a partir da percepção de uma demanda por parte do par (6).

Por fim, os resultados apontam para a importância de um trabalho institucional que priorize e incentive as interações e relações entre as crianças. Segundo a pesquisa de Carvalho, Moura et al. (2019) (6), isso perpassa olhar para a forma como esses serviços estão organizados e qual o lugar entendido e, conseqüentemente, destinado para essas interações e para a construção das relações entre as crianças. Segundo as autoras, o propósito de estimulá-las não deve estar vinculado a uma flexibilização das responsabilidades, por parte dos profissionais, na sua necessidade de promover cuidados, mas sim pela compreensão sobre o papel das interações e a sua importância no processo constitutivo das crianças.

Considerações finais

As mudanças ocorridas no campo da assistência e dos direitos da infância e da adolescência têm repercutido na forma como o acolhimento institucional vem sendo realizado no Brasil. Para além da complexidade dessa temática e a sua importância nos processos de intersubjetivação, realizar uma revisão visando analisar quais os enfoques das pesquisas e os que essas priorizam discutir permite compreender em que medida o campo está sendo considerado em sua integralidade de perspectivas, assim como as possibilidades para atuação e aproximação com a Psicologia. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo mapear e analisar as pesquisas sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil nos últimos cinco anos, pesquisando quais os alvos de interesse e quais as perspectivas de análise desses estudos, assim como pensar as contribuições da Psicologia para a discussão sobre a temática. A partir dos achados obtidos, pode-se reconhecer que o campo de estudo tem tentado abranger os diferentes atores envolvidos, sem uma centralização de determinada temática em detrimento de outra. A multiplicidade de enfoques e os diferentes personagens considerados mostraram-se congruentes com a complexidade da discussão sobre a temática.

Contudo, ao serem realizadas análises mais pormenorizadas, constatam-se permanências no campo, especialmente no que diz respeito aos principais motivos que justificam as políticas de acolhimento (vinculando determinados sujeitos e grupos) e a presença de um discurso patologizador e estigmatizante sobre as crianças e adolescentes acolhidos presente ainda na política de assistência social. Tais aspectos nos apontam para

a necessidade de um olhar crítico sobre essa temática, assim como uma ampliação de áreas/abordagens interessadas em realizarem estudos sobre a temática do acolhimento, visando a contribuição de diferentes perspectivas.

Além disso, pode-se constatar que o acolhimento institucional é marcado por tensionamentos e contradições, seja por parte dos profissionais, das funções por eles exercidas, seja pelas crianças e suas vivências. Tais achados apontam para as possibilidades de contribuição da Psicologia, com uma atuação que possa contemplar os diferentes sujeitos envolvidos na realidade do acolhimento institucional. Apesar de uma atuação pouco explorada em suas possibilidades de intervenção nos estudos identificados nesta revisão, a Psicologia coloca-se como uma área potente para atuar nesse contexto, com contribuições que podem se dar desde uma atenção mais individualizada, acolhedora e auxiliadora nos conflitos vividos nesse contexto, quanto para a promoção de práticas promotoras de saúde de forma ampla, comprometida social e politicamente com um acolhimento institucional não perpetuador de violências.

Dessa forma, a partir dos limites identificados na presente revisão, entende-se que se fazem necessários novos estudos sobre a temática, com o intuito de fornecer maiores informações para os profissionais que atuam nesse campo e que receberão essas crianças. Além disso, diante do baixo número de artigos com enfoque nas interações e relações afetivas dentro do contexto de acolhimento, pensa-se também na necessidade de realização de mais pesquisas que investiguem esse tema. Por fim, sugerem-se novos estudos de revisão, tendo em vista a escassez de pesquisas com essa metodologia sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Tais estudos se mostram necessários e úteis para que os agentes envolvidos possam estar cientes dos avanços e entraves ainda existentes.

Referências

- Alves, L. S., & Aguiar, R. S. (2020). Saúde sexual e infecções sexualmente transmissíveis na adolescência: uma revisão integrativa. *Nursing*, 23(263), 3683-3687. <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i263p3683-3687>
- Brasil. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- Brasil. (2009). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2020). *Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010-2022*. Brasília, DF: Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Recuperado de <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>
- Braun, V., & Clarke, V. (2022). Conceptual and design thinking for thematic analysis. *Qualitative Psychology*, 9(1), 3–26. <https://doi.org/10.1037/qup0000196>
- Cervi, F., & Christopoulos, T. P. (2022). Proposta metodológica de revisão sistemática de literatura associada à análise temática em pesquisa de sustentabilidade. In S. R. Paulino., T. P. Christopoulos., W. Duleba., A. T. Igari., & P. S. Almeida (Orgs.), *Agendas Locais e Globais da Sustentabilidade: Ciência, tecnologia, gestão e sociedade* (pp. 299-315). São Paulo: Blucher.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação dos (as) profissionais da Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social*. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>
- Conselho Regional de Psicologia do Piauí 21ª Região [CRP-21ª] (2021). *Cartilha de Orientações para atuação de Psicólogos na Política de Assistência Social*. Recuperado de <https://crp21.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Cartilha-GTSUAS-Atualizada.pdf>
- Cintra, A. L. (2010). *Corpo a corpo: representações identitárias, singularidades e abrigos institucionais para crianças*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Karino, M. E., & Felli, V. E. A. (2012). Enfermagem baseada em evidências: avanços e inovações em revisões sistemáticas. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 11, 11-15. Recuperado de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-653364>
- Fernandes, N. (2021). Ética na Pesquisa com Crianças/Ethics on Research with Children. In C. Tomás, G. Trevisan, M. J. L. Carvalho, & N. Fernandes, *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais/Key concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives* (pp. 227-234). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.28>
- Gabatz, R. I. B., Schwartz, E., & Milbrath, V. M. (2019). Vivências do cuidador institucional no acolhimento infantil. *Escola Anna Nery*, 23(2), (não paginado). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0195>
- Japiassu, H. (1975). *O mito da neutralidade científica*. São Paulo: Editora Três.

- Lima, M. P. (2018). A criança em Instituições de Acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 271-281. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Lei n° 12.010, de 3 de agosto de 2009. (2009, 3 de agosto). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2
- Martins, A. M., & Mota, V. N. (2019). As percepções dos adolescentes acerca das vivências em acolhimento institucional. In F. Z. Amorim., J. G. S. Isabel., & M. M. Saadallah (Orgs.), *O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social* (pp. 64-79). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais.
- Medeiros, B. C. D. D., & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 74-87. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002882017>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, 6(7). <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Nascimento, M. L., Cunha, F. L., & Vicente, L. M. D. (2008). A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza. *Psicologia Política*, 7(14), 18-32. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006
- Pinto, M. D. S. (2019). *Crianças institucionalizadas*. (Trabalho de Conclusão de Curso) Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, SP.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Sá, G. G. D. M., Silva, F. L., Santos, A. M. R. D., Nolêto, J. D. S., Gouveia, M. T. D. O., & Nogueira, L. T. (2019). Tecnologias desenvolvidas para a educação em saúde de idosos na comunidade: revisão integrativa da literatura. *Revista latino-americana de enfermagem*, 27, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3171.3186>

- Silva, R. B. (2022). A Psicologia enquanto indecível na política de assistência social. *Revista Espaço Acadêmico*, 16-26. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/63814>
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisando conceitos. In. A. Wagner (Org.), *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: Pesquisas e Reflexões* (pp. 19-35). Porto Alegre: Artmed.

Apêndice

Apêndice 1

Referências completas dos artigos da amostra.

Artigo	Referência
Artigo 1	Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C. D., Lima, M. L. L. T. D., & Assis, S. G. D. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 23, 529-542. https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016
Artigo 2	Aguiar, G. M. R. D., Martins, K. P. H., & Rosa, M. D. (2019). Criança, família e acolhimento institucional: entre a norma e a constituição psíquica. <i>Configurações</i> , (23), 90-104. https://doi.org/10.4000/configuracoes.6900
Artigo 3	Bernardes, J. W., & Marin, A. H. (2019). Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. <i>Revista da SPAGESP</i> , 20(2), 117-130.
Artigo 4	Cappellari, A., & Hillesheim, B. (2018) Soy lo que descuido el presidente: sobre percursos e resistências nos acolhimentos institucionais. <i>Psi Unisc</i> , 2(1), 172-181.
Artigo 5	Carvalho, A. L., & Stengel, M. (2018). Família e instituições de acolhimento nos cuidados a adolescentes vítimas de incesto. <i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i> , 18(2), 425-444. https://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.9843
Artigo 6	Carvalho, C., Moura, G. G., & Amorim, K.S. (2019). Práticas de cuidado de crianças com bebês em instituição de acolhimento. <i>Revista Psicologia em Pesquisa</i> , 13(3), 48-72. http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2019.v13.25781
Artigo 7	Cassarino-Perez, L., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2020). Fatores Protetivos e de Risco na Transição entre o Acolhimento Institucional e a Vida Adulta. <i>Estudos e pesquisas em Psicologia</i> , 20(1), 142-167
Artigo 8	Cassarino-Perez, L., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2022). Future Expectations of Adolescents Aging Out of Care in Brazil. <i>Avances en Psicología Latinoamericana</i> , 40(3), 1-16. https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.9407
Artigo 9	Chicralla, A. C., & Caldas, H. (2019). Adolescencia y política pública: la práctica psicoanalítica en amparo institucional. <i>Affectio Societatis</i> , 16(31), 11-35. https://doi.org/10.17533/udea.affs.v16n31a01
Artigo 10	Crestani, V., & Rocha, K. B. (2018). Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 30, 1-11. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30177502
Artigo 11	Cruz, D. A., & Costa, E. F. (2022). Escuta clínica e o conto de fadas: relato de experiência no atendimento à criança institucionalizada. <i>Estilos da Clínica</i> , 27(3), 481-495. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v27i3p481-495
Artigo 12	Czelusniak, C. B., Moré, C. L. O. O., Santos, K. G. D., & Krenkel, S. (2023). Implicações da Prática Profissional no Acolhimento Institucional de Crianças: Perspectiva de Cuidadoras. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 43, 1-15. https://doi.org/10.1590/1982-3703003251630
Artigo 13	Dantas, J. G. S. (2020). “Na fotografia estamos felizes”: Significados de família para adolescentes em acolhimento institucional. <i>Cadernos de Comunicação</i> , 24(2), 1-19. https://doi.org/10.5902/2316882X48548

Artigo 14	Diniz, I. A., Assis, M. O., & Souza, M. F. S. (2018). Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. <i>Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas</i> , 3(5), 261-285.
Artigo 15	Euzébios Filho, A., & Ramos, R. (2019). A problemática da pobreza nos acolhimentos realizados nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e os desafios para a atuação do psicólogo. <i>Psicologia em Revista</i> , 25(2), 759-773. https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p759-773
Artigo 16	Fermino, S., & de Lima, D. B. (2023). Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização. <i>Psicologia, Diversidade e Saúde</i> , 12, 1-19. https://doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e4675
Artigo 17	Fonseca, P. N. D., Albuquerque, A. B. D., Lima, B. L. D., Santos, J. L. F. D., & Souza Filho, J. F. D. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. <i>Psicología, Conocimiento y Sociedad</i> , 10(3), 48-62. https://doi.org/10.26864/PCS.v10.n3.4
Artigo 18	Franceschini, E., & Weschenfelder, V. I. (2021). Como vaga-lumes na escuridão: histórias de adolescentes em instituição de acolhimento. <i>Fractal: Revista de Psicologia</i> , 33, 108-116. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i2/5821
Artigo 19	Furlan, V., & de Lima, A. F. (2021). Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: Um problema para a psicologia. <i>Psicologia Política</i> , 21(50), 239-252.
Artigo 20	Furtado, M. P., Silva, A. D. M. J. D., Santos, J. O. D., & Magalhães, C. M. C. (2019). Profissionais do acolhimento institucional: a atuação perante a chegada de uma criança. <i>Mudanças</i> , 27(1), 11-20.
Artigo 21	Guerra, L. L. L., & Del Prette, Z. A. P. (2018). Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas. <i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i> , 70(3), 98-112.
Artigo 22	Guerra, L. L. L., & Del Prette, Z. A. P. (2020). Habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças sob acolhimento institucional. <i>Psico-USF</i> , 25, 273-284. https://doi.org/10.1590/1413-82712020250206
Artigo 23	Haddad, S., & Bays, I. (2019). Pedagogia social: epistemologia da esperança no território institucional. <i>EcoS-Revista Científica</i> , (51), 1-22. https://doi.org/10.5585/eccos.n51.11486
Artigo 24	Heumann, S., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. <i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i> , 70(2), 22-37.
Artigo 25	Ito, S. I., & Azevêdo, A. V. D. S. (2022). Narratives of photographic records of the practices of social educators of a residential group home for children and adolescents. <i>Paidéia (Ribeirão Preto)</i> , 32, 1-9. https://doi.org/10.1590/1982-4327e3215
Artigo 26	Julião, C. H. (2020). A promoção da saúde de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: desafios e perspectivas. <i>Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social</i> , 3, 1033-1041. https://doi.org/10.18554/refacs.v8i0.5020
Artigo 27	Kappler, S. R., & Mendes, D. M. L. F. (2019). Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 39, 1-13. https://doi.org/10.1590/1982-3703003184527
Artigo 28	Leal, N. S. B., & Alberto, M. D. F. P. (2021). Política de acolhimento e juventude: a problemática da inserção na formação profissional. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 41, 1-16. https://doi.org/10.1590/1982-3703003220685
Artigo 29	Lemos, I. C., & Silva, R. B. F. D. (2019). Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. <i>Psic. Unisc</i> , 3(1), 173-191. https://doi.org/10.17058/psiunisc.v1i3.11892
Artigo 30	Macêdo, L. M. S. V., Silva, L. M. P. D., Silva, K. V., & Lima, D. M. D. S. P. D. (2023). Saúde e Autocuidado na Perspectiva de Adolescentes Institucionalizadas. <i>Paidéia (Ribeirão Preto)</i> , 33, 1-9. https://doi.org/10.1590/1982-4327e3305

Artigo 31	Mastroianni, F. D. C., Sturion, F. R., Batista, F. D. S., Amaro, K. C., & Ruim, T. B. (2018). (Des) acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. <i>Fractal: Revista de Psicologia</i> , 30, 223-233. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5496
Artigo 32	Mendes, J. T. N., & Conceição, C. A. J. (2018). Pobreza e acolhimento institucional de crianças e adolescentes. <i>Revista Vértices</i> , 20(3), 352-361. https://doi.org/10.19180/1809-2667.v20n32018p352-361
Artigo 33	Miranda, G. L. D., & Oliveira, V. C. D. (2018). Capacidade estatal e eficácia na política de atenção a crianças e adolescentes. <i>Revista do Serviço Público</i> , 69(1), 145-180. https://doi.org/10.21874/rsp.v69i1.1783
Artigo 34	Moura, G. G., & Amorim, K. S. (2018). Interações de bebês em acolhimento familiar e institucional: dois estudos exploratórios. <i>Psicologia em Estudo</i> , 23, 1-18. https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.40287
Artigo 35	Moura, G. G., Souza, G. M., & Amorim, K. S. (2020). Infants' peer interaction in institutional foster care service. <i>Journal of Human Growth and Development</i> , 30(1), 9-23. http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.v30.9975
Artigo 36	Muller, V. R., Natali, P. M., & Santos, K. D. (2022). Educação social e saberes necessários análises a partir de experiências em acolhimento institucional. <i>Reflexão e Ação</i> , 30(2), 99-113. https://doi.org/10.17058/rea.v30i2.15910
Artigo 37	Oliveira, A., Vicentin, M. C. G., & Massari, M. G. (2018). Entre medicalização e recusas: crianças e adolescentes nos circuitos socioassistenciais-sanitários. <i>Polis e Psique</i> , 8(3), 225-245. https://doi.org/10.22456/2238-152X.86565
Artigo 38	Oliveira, T. R. A., & Silva, R. B. (2019). Práticas de Saber-Poder entre Pobreza e Negligência que se configuram na Institucionalização da Infância. <i>Revista Mosaico</i> , 10(2Sup), 96-104.
Artigo 39	Paiva, I. L. D., Moreira, T. A. S., & Lima, A. D. M. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. <i>Direito e Práxis</i> , 10, 1405-1429. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40414
Artigo 40	Paludo, S. S., Mazzoleni, M., & Silva, A. P. C. (2018). Expressão de esperança em adolescentes em situação de acolhimento institucional. <i>Revista da SPAGESP</i> , 19(1), 76-89.
Artigo 41	Rocha, I. S., Hueb, M. F. D., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Emprestar os ouvidos: a escuta da criança em acolhimento institucional. <i>Estudos de Psicologia (Natal)</i> , 25(4), 424-435.
Artigo 42	Rodrigues, J. L. D. S., Santos, L. M. M. D., & Lima, A. F. D. (2021). Mudar, pensar em mudar, continuar mudando: narrativas das metamorfoses de uma adolescência em abrigo. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 33, 1-15. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33i217494
Artigo 43	Rodrigues, L. H. F., & Prebianchi, H. B. (2021). Estresse e estratégias de enfrentamento em crianças e adolescentes em acolhimento institucional em casas lares. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 41, 1-17. https://doi.org/10.1590/1982-3703003192765
Artigo 44	Roque, A. C. F., Silva, J. C., & Penso, M. A. (2023). Relações Afetivas entre Irmãos em Situação de Acolhimento Institucional. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 39, 1-12. https://doi.org/10.1590/0102.3772e39411.pt
Artigo 45	Santos, A. S., Cavalcante, L. I. C., Cruz, D. A., Maciel, C. A. B., & Costa, E. F. (2022). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: ecos da doutrina da situação irregular. <i>Revista Vértices</i> , 24(3), 900-918. https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n32022p900-918
Artigo 46	Santos, P. C., Vargas, M. M., & de Melo, C. M. (2018). Caracterização dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. <i>Acta Scientiarum. Human and Social Sciences</i> , 40(2), 1-9. https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v40i2.35196
Artigo 47	Santos, T. C. C., Raimundo, R. N. P., & Soares, L. C. E. C. (2022). Acolhimento institucional de adolescentes: uma intervenção psicossocial. <i>Polis e Psique</i> , 12(2), 87-107. https://doi.org/10.22456/2238-152X.103165

Artigo 48	Schenkel, Y. V. S., Silveira, A., Soccol, K. L. S., Centenaro, A. P. F. C., & Hildebrandt, L. M. (2023). Acolhimento institucional na voz de cuidadoras de crianças e adolescentes que vivem em Casa Lar. <i>Revista de Enfermagem da UFSM</i> , 13, 1-18. https://doi.org/10.5902/2179769272181
Artigo 49	Silva, J. R. L. A. D., Pereira, V. A., & Donatto, M. L. (2021). Habilidades sociais e acadêmicas de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i> , 41, 1-18. https://doi.org/10.1590/1982-3703003203205
Artigo 50	Silva, L. C., & Oliveira, A. D. S. (2023). SER CRIANÇA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO. <i>Contradição-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais</i> , 4(1), 1-25. https://doi.org/10.33872/revcontrad.v3n2.e042
Artigo 51	Siqueira, A. C., Faraj, S. P., do Carmo Kemerich, D. S., da Silva, A. P., & Giacomelli, D. P. (2021). Desafios da prática de estágio em psicologia no acolhimento institucional. <i>Estudos Interdisciplinares em Psicologia</i> , 12, 3-17.
Artigo 52	Sousa, J. P., & Serralha, C. A. (2021) Crianças Afastadas do Convívio Familiar: os sentidos do acolhimento institucional. <i>Contextos Clínicos</i> , 14(3), 783-807. https://doi.org/10.4013/ctc.2021.143.03
Artigo 53	Souza, C., & Cagnani, L. J. R. P. (2020). POR TRÁS DA CENA DO ACOLHIMENTO: O QUE É DITO SOBRE AS FAMÍLIAS E SEU IMPACTO NO CUIDADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. <i>Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas</i> , 5(10), 440-454.
Artigo 54	Souza, F. H. O., Altoé, S., & Pacheco, L. F. (2021). Ateliê Lúdico e Expressivo: Considerações sobre o Brincar com Crianças Acolhidas. <i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i> , 21(4), 1313-1329.
Artigo 55	Souza, M. M. B. P., & Cardoso, L. F. (2019). Do abrigo de Menores ao acolhimento Institucional: uma trajetória de normalização. <i>Mediações-Revista de Ciências Sociais</i> , 24(1), 284-305. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2019v24n1p284
Artigo 56	Tanizaka, H., Frugoli, R., Carderelli, L., Mendonça, A., & Benincasa, M. (2019). Psicologia e a Atuação Intersetorial na Infância e Juventude: Gênero, violência e laços familiares. <i>Aletheia</i> , 52(2), 179-191.
Artigo 57	Valin, T. A. F., & Rocha, G. M. (2022). Avaliação de uma intervenção analítico-comportamental para meninas em acolhimento institucional. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 24, 1-16. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1569
Artigo 58	Vasconcelos, J., Lomba, M. L., Pestana-Santos, M., & SteinBackes, D. (2022). Atribuições do enfermeiro em serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: um estudo Delphi. <i>Revista de Enfermagem Referência</i> , 6(1), 1-8. https://doi.org/10.12707/RV21014
Artigo 59	Vasconcelos, J., Troncoso, M. P., & Backes, D. S. (2021). Atribuições da enfermeira em um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. <i>Ciencia y enfermería</i> , 27, 1-10. http://dx.doi.org/10.29393/ce27-36aejd30036